

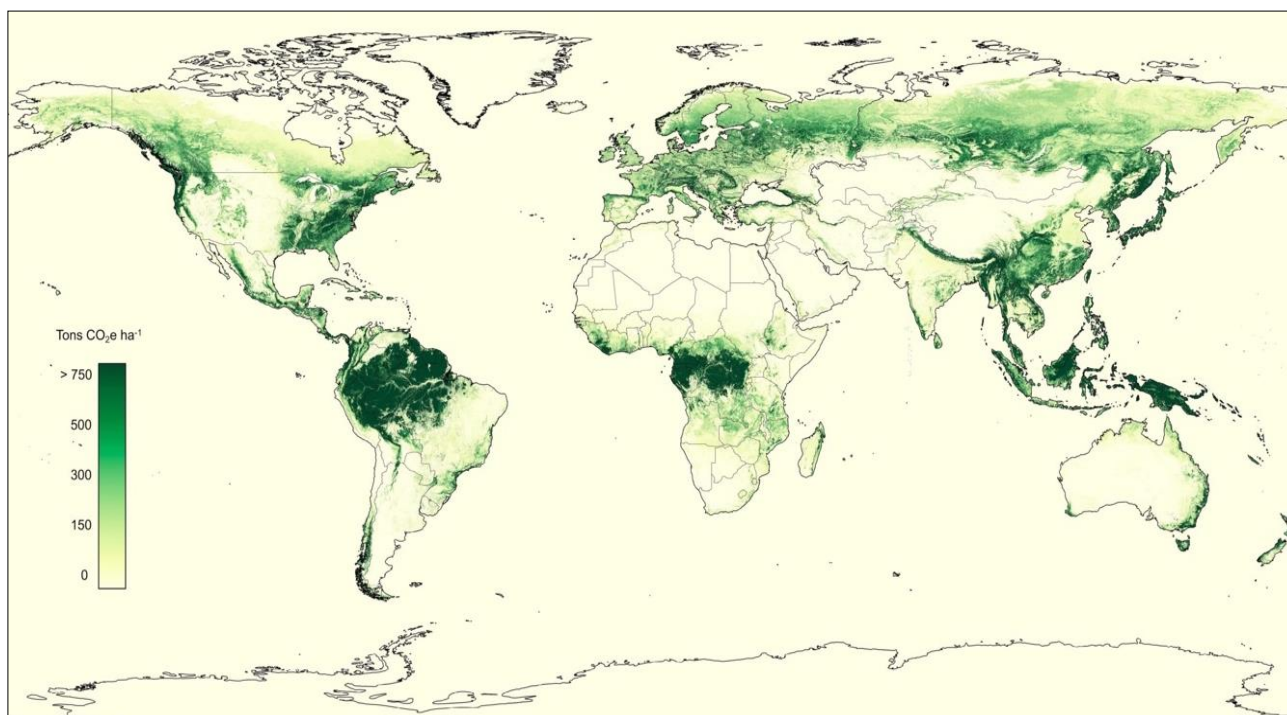
Entrevista

“O REDD é uma forma de ‘colonialismo de carbono’”

Chris Lang

Entrevistado por
Fábio Márcio Alkmin

319



Mapa do carbono armazenado nas florestas do mundo (2021).
Fonte: CTrees, 2022. Disponível em <<https://ctrees.org/>>.

A emergência climática tem sido cada vez mais instrumentalizada pela economia verde capitalista. A partir de uma reformulação neoliberal do conceito de natureza, compreendida nessa perspectiva como “capital natural”, presenciamos a rápida expansão da ideia de “pagamentos por serviços ambientais” (PSAs) como forma de mitigação da crise ambiental e climática (MORENO, 2018).

Na presente entrevista proponho uma reflexão sobre o REDD, um mecanismo de conservação florestal baseado nos pressupostos dos PSAs. O REDD, cuja sigla se origina do inglês *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* (Redução de emissões causadas por desmatamento e degradação de florestas), começou a ser formulado teoricamente nos anos 1990, sendo oficialmente lançado na década de 2000 (CORNETTA, 2017). De forma sintética, o REDD busca preservar as florestas a partir de contrapartidas econômicas oriundas de um modelo de compensação de emissões de carbono. Trata-se de projetos que recebem créditos quando demonstram que, sem sua existência, a floresta seria desmatada ou degradada, emitindo assim dióxido de carbono na atmosfera. Esse carbono que foi preservado em forma de biomassa nas árvores, e que por isso recebeu créditos de uma instituição certificadora, transforma-se em dinheiro quando tais créditos são comprados por empresas ou países (sobretudo no Norte global) que não podem ou não querem diminuir suas próprias emissões de CO₂.

O pressuposto lógico por trás dessa operação é o da “compensação”: os emissores compram créditos em quantidade equivalente ao carbono emitido, chegando-se dessa forma à chamada “neutralidade de carbono”. Este raciocínio se fundamenta na teoria econômica neoclássica, e parte do princípio de que os atores e operadores que procuram reduzir suas emissões buscarão a maneira menos dispendiosa de fazê-lo, gerando, via mercado, uma oferta de projetos de compensação. No entanto, ao terceirizar essa responsabilidade, o REDD possibilita também a comercialização do “direito de poluir”, e eis uma das principais críticas a esse mecanismo.

É importante notar que pelas particularidades desse mercado, o tipo de “valor” gerado pelo REDD só pode ser criado em espaços geográficos bem delimitados: áreas com extensa vegetação terrestre e grandes quantidades de biomassa, localizadas sobretudo em países do Sul global. Nesse sentido, calcula-se que a Pan-Amazônia estoque cerca de 20% de todo o carbono contido na vegetação terrestre do globo (BACCINI *et al.*, 2012), tornando-se o maior sumidouro de carbono do mundo. As Terras Indígenas (TIs) possuem uma relevância ímpar nessa contabilização: se somadas, as TIs na Amazônia brasileira possuem mais de 87 milhões de hectares, área equivalente aos territórios da França e Alemanha juntos, cobrindo 27% da floresta amazônica brasileira.

Além da importância por sua extensão, as TIs se diferenciam qualitativamente de outras categorias fundiárias amazônicas. Pesquisas comprovam que áreas da floresta sob a gestão dos povos indígenas possuem ótimos índices de conservação, com as menores taxas de desmatamento e degradação do bioma (NOLTE *et al.*, 2013). Cerca de 74% das TIs possuem um desflorestamento interno menor que a área de entorno (SOARES-FILHO *et al.* 2009), sendo que

entre 2000 e 2014 a perda florestal das TIs foi inferior a 2%, enquanto a média de área desmatada na Amazônia foi de 19% (IPAM, 2015, p. 1). De todo o carbono estimado no bioma amazônico – 73 bilhões de toneladas –, ao menos 27% encontram-se dentro de territórios indígenas (WALKER et al., 2020).

Por tal importância, cada vez mais os territórios indígenas são vistos como áreas privilegiadas para a implementação de projetos REDD, inclusive com experiências já concretizadas, como o “Projeto Carbono Suruí”, em Rondônia. Como apontado por Vanessa Hacon (2018, p. 169), um dos argumentos principais utilizados é que esse mecanismo pode financiar não só a manutenção do carbono nas florestas, mas também, a partir da remuneração obtida pela venda dos créditos, promover o desenvolvimento autônomo dos povos indígenas, baseado nas premissas de valorização cultural, sustentabilidade e defesa territorial. A ideia que superficialmente parece muito interessante – pagar para que os indígenas “conservem a Amazônia” e “se conservem como indígenas”, algo que eles vêm realizando há milênios, de forma gratuita –, esconde, no entanto, inúmeras contradições e problemas. O exame crítico dos projetos já levados a cabo em territórios indígenas no mundo evidencia que, pelo contrário, trata-se de formas muito sutis e refinadas de colonização (CIMI, 2014). Além de sua ineficiência no enfrentamento à emergência climática, o mecanismo REDD vem criando novas formas de despossessão e submissão social, articulando um regime global de governança climática, de cunho neoliberal, a uma nova forma de colonialismo, o colonialismo climático ou de carbono (HACON, 2018).

Na presente publicação, entrevisto o ativista ambiental britânico **Chris Lang**, responsável pelo site *REDD-Monitor*, que pesquisa as contradições e controvérsias da proposta REDD e dos PSAs de maneira geral. Desde 2008 Lang publicou mais de duas mil postagens tratando dos problemas com a implementação dos projetos REDD, abarcando mais de 80 países, o que tornou o *REDD-Monitor* uma referência obrigatória na temática envolvendo o mecanismo REDD no mundo. Todas as publicações possuem fontes referenciadas e estão abertas ao debate público no site *REDD-Monitor*. A entrevista foi concedida em inglês, por e-mail, no final de maio de 2022, durante a realização de um estágio de pesquisa sobre o tema na Inglaterra. As respostas passaram por uma pequena edição em sua tradução, apenas para fins de clareza e concisão.

Tendo em vista a expansão no Brasil do modelo de conservação baseado nos PSAs e, também, dos projetos REDD, inclusive com avanços recentes nas propostas de regulamentação legal dos mesmos (Decreto 11.075/2022; PL 528/2021), espero que a presente entrevista contribua para a reflexão crítica sobre o tema no Brasil e na América Latina.

Fábio M. Alkmin (FMA): Por favor, como apresentar e explicar o que é o site REDD-
forma de introdução, você poderia se Monitor?

Chris Lang (CL): Sou formado em arquitetura, mas me envolvi com ativismo ambiental no início dos anos 1990. Particpei dos protestos contra estradas em *Twyford Down*, e contribuí para a promoção e organização de campanhas ambientais. Em 1996, estudei Engenharia Florestal na *Oxford Forestry Institute*. Minha dissertação de mestrado foi intitulada “Reflorestamento no Vietnã no contexto da globalização da indústria de celulose e papel”.

De Oxford, me mudei para Bangkok, na Tailândia, onde trabalhei na TERRA, uma ONG de justiça ambiental e social que atua na região do Rio Mekong. Meu trabalho se concentrou no *Watershed*, uma publicação da TERRA. Escrevi diversos relatórios e artigos para ONGs, dentre elas o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), FERN, *Urgewald*, Amigos da Terra Internacional e *The Corner House*.

Desde 2008, trabalho no REDD-Monitor, um site que analisa as contradições e controvérsias por trás da proposta de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

(REDD). REDD é um esquema de comércio de carbono que permite que os grandes poluidores continuem queimando combustíveis fósseis sob a alegação de estarem compensando as emissões frente ao “desmatamento evitado” no Sul Global.

FMA: Os “pagamentos por serviços ambientais” representam um novo modelo de “acumulação por espoliação” (David Harvey)?

CL: Um dos graves riscos dos esquemas de “pagamento por serviços ambientais” é que eles podem levar a uma massiva expropriação de terras, conforme corporações poluidoras fazem uso dos “serviços” fornecidos pelas terras dos povos indígenas e das comunidades locais, alegando estarem agindo para enfrentar a crise climática.

Uma vez que é colocado um preço na natureza, tornando-a “capital natural”, corre-se o risco de que ela seja apropriada por quem quer que possa pagar. Numa época em que as corporações de combustíveis fósseis estão entre as instituições mais ricas e

poderosas do mundo, a financeirização da natureza figura como um conceito aterrorizante.

Nesse sentido, o REDD e os pagamentos por serviços ambientais fazem parte de um processo de privatização e commoditização dos bens comuns, dado que a financeirização da natureza é a expressão de uma abordagem neoliberal de conservação.



Evento sobre “economia verde”, Bolsa de Valores de Londres. Fonte: focus.world, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3DBY5Az>>.

Há alguns anos, entrevistei Michael Schmidlehner, que viveu e trabalhou no Acre por muitos anos. Acho que ele resumiu muito bem o problema: no contexto internacional, o REDD visa, de norte a sul, transferir a responsabilidade pela crise climática das sociedades industrializadas para as

comunidades florestais. O REDD (assim como os pagamentos por supostos Serviços Ambientais), na verdade, reproduz as relações de poder colonial. Apresentado como se fosse uma solução para a crise, o REDD tende a mascarar o problema real (que é, basicamente, a queima de combustíveis fósseis), tendendo, também, a impedir que as sociedades reconheçam a urgência e a necessidade de enfrentar problemas estruturais (o excesso de produção e consumo pelas sociedades ricas) (SCHMIDLEHNER, 2015).

FMA: Qual tem sido a relação entre os projetos REDD e os processos de expropriação de terras (*land grabbing*) nos países periféricos?

CL: O REDD se baseia no modelo colonial de conservação, no qual milhões de pessoas são despejadas para dar lugar a áreas protegidas. O REDD é uma forma de “colonialismo de carbono”, por meio do qual países ricos e grandes poluidores restringem os meios de subsistência de algumas das populações mais pobres do planeta para continuar seus negócios de

forma habitual, pelo maior tempo possível.

Atualmente, a indústria do petróleo está promovendo “soluções climáticas naturais” (*Nature-based Solutions*) como forma de dar a impressão de estar fazendo algo para enfrentar a crise climática. Existem dois problemas fundamentais relacionados a isso.

Em primeiro lugar, não dá para sair da crise climática de forma compensatória, pois enfrentar a crise climática significa manter os combustíveis fósseis no solo. A compensação, por sua vez, permite a extração e queima contínua de combustíveis fósseis. Trata-se de uma distração, enorme e perigosa, da necessidade de manter os combustíveis fósseis no solo.

Em segundo lugar, a indústria do petróleo fala em se apropriar de uma vasta área de terra de modo a “compensar” sua destruição contínua. A Shell está trabalhando com a *Nature Conservancy* para gerar compensações a partir de soluções climáticas naturais. Em

2018, Ben van Beurden, o CEO da Shell, anunciou que “seria necessário outro Brasil, em termos de floresta tropical, para enfrentar as mudanças climáticas”. Obviamente Van Beurden não disse onde, no planeta Terra, é que fica esse outro Brasil — pela razão óbvia de que, basicamente, não existe tanta terra à espera de uma apropriação maciça pela Shell e por outros grandes poluidores. Ao mesmo tempo, Van Beurden deixou claro que “o principal negócio da Shell, num futuro próximo, é e estará ligado ao petróleo e ao gás”.

Em março de 2019, a Eni [petrolífera italiana] anunciou que desenvolveria projetos REDD na África, cobrindo um total de 8,1 milhões de hectares. Ambas as empresas já estão comprando compensações de carbono de projetos REDD.

FML: Quais são os principais países promotores do mecanismo REDD? Devido a quais interesses? Você acredita que esses processos estão associados a um novo tipo de imperialismo?

CL: Em 1992, durante a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) apresentou uma proposta para limitar as emissões e criar um mercado de carbono para o comércio de licenças de emissão e créditos de carbono. A proposta veio de Michael Grubb, então professor de Economia do Petróleo no *Royal Institute of International Affairs*, em Londres.

Em 1999, a primeira reunião da Associação Internacional de Comércio de Emissões (em inglês, *International Emissions Trading Association* – IETA) aconteceu na sede da Shell. A IETA foi fundada pelos grandes poluidores e representa uma das maiores e mais influentes associações industriais nas reuniões climáticas da ONU.

Em 2019, a IETA lançou, durante a conferência climática da ONU em Madri (COP25), o “Mercados por Soluções Climáticas Naturais”. O painel consultivo da IETA para esta iniciativa inclui representantes das ONGs Conservação Internacional, *Environmental Defense*

Fund, *Earth Innovation Institute* e *The Nature Conservancy*.

A Noruega investiu mais dinheiro em REDD do que qualquer outro país, tendo tornado públicos em 2007, numa reunião em Oslo, seus planos de gastar mais de US\$ 500 milhões por ano para salvar as florestas tropicais. A indústria petrolífera norueguesa esteve diretamente envolvida desde o princípio. Três pessoas apresentaram o plano: o primeiro-ministro, Jens Stoltenberg; o Ministro do Meio Ambiente, Erik Solheim; e Åslaug Haga, Ministro do Petróleo e Energia.

Não acho que este seja um novo tipo de imperialismo. Acho que é o bom e velho imperialismo, mas pintado de verde.

FMA: O REDD+ tem se apresentado no Brasil como uma “grande oportunidade” de financiamento da autonomia dos povos indígenas, a partir do qual seria possível conciliar conservação ambiental com a autogestão dos territórios. Qual sua opinião sobre esse discurso?

CL: O argumento de que o REDD poderia financiar a autonomia dos povos indígenas exige que sua economia política e seus direitos territoriais sejam ignorados. Requer, também, que se ignore o colonialismo, o extrativismo, o consumo excessivo, a desigualdade e a destruição do meio ambiente associada ao capitalismo.

A realidade, em muitos casos, é que os projetos REDD estão exacerbando problemas já existentes, como é o caso do preservacionismo (*fortress conservation*)¹. No Peru, por exemplo, o governo criou o Parque Nacional Cordilheira Azul sem o consentimento do povo indígena Quíchua, cujas terras tradicionais estão dentro do parque. Em 2021, a comunidade Quíchua levou aos tribunais o governo peruano e a gestão do parque.

Nesse momento, a referida comunidade está impugnando o Estado peruano pela omissão no processo de demarcação de suas terras tradicionais,

bem como pela imposição de um modelo excludente de conservação e de um esquema REDD de comércio de carbono em seu território – tudo sem o seu consentimento.

FMA: Você poderia, por favor, falar um pouco mais sobre isso? Com base nas experiências elencadas pelo projeto REDD-Monitor nos últimos anos, qual tem sido, em termos gerais, o impacto dos projetos REDD nos territórios indígenas da África, Ásia e América Latina?

CL: Em 2018, uma publicação da Conservação e Sociedade analisou o REDD “na prática”, tomando como estudo de caso o Camboja, Laos e Vietnã (LANG, 2018). Eles descobriram que as comunidades locais estavam “confusas” sobre o REDD; que os benefícios financeiros não haviam sido entregues e que os projetos REDD estavam gerando

¹ Nota do entrevistador: optei por traduzir “*fortress conservation*” (em uma tradução literal, “conservação de fortaleza”) por “preservacionismo”. Ambas as noções dizem respeito a um modelo que separa a natureza dos

seres humanos, isto é, que defende que a proteção da biodiversidade é melhor alcançada com a criação de áreas isoladas da interferência humana, o que significa, necessariamente, a expulsão da população originária que habitava a área até então.

tensão social, sem se encarregar de diminuir o desmatamento em curso.

Em vez de abordar as questões legais inerentes à posse da terra, os projetos REDD simplificaram as reivindicações agrárias, exacerbando as tensões sociais e restringindo direitos de acesso ao território por parte dos povos. Um exemplo disso é o Projeto REDD de Oddar Meanchey, no Camboja, no qual as comunidades indígenas receberam títulos comunais que abrangiam áreas muito menores do que as utilizadas historicamente pelas referidas comunidades. O projeto teve fracasso absoluto na contenção do desmatamento.

Na República Democrática do Congo, conforme pesquisa publicada em 2021 pela *Action pour la Promotion et Protection des Peuples et Espèces Menacées* (APEM) e *Rainforest Foundation UK*, foi revelado que dois projetos REDD na província de *Mai Ndombe* não conseguiram obter o consentimento livre, prévio e informado das comunidades locais para a execução de suas atividades, conforme determina

o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao final, os benefícios prometidos não foram cumpridos, ou as comunidades ficaram insatisfeitas com sua implementação. A incapacidade de assegurar a posse da terra às comunidades deixou-as vulneráveis à especulação fundiária e à migração. Por fim, os projetos REDD tiveram pouco impacto na redução do desmatamento e da degradação ambiental.

Talvez o Brasil seja o exemplo mais extremo de como o REDD fracassou. O desmatamento no Brasil caiu drasticamente nos três anos após 2004 – antes do início do REDD. No final de 2008, o governo norueguês deu início a pagamentos “com base em resultados” para o Brasil. Por alguns anos o desmatamento continuou a cair, mas desde 2014 vem aumentando e, sob o governo de Jair Bolsonaro, voltou a aumentar, de modo que os povos indígenas se encontram gravemente ameaçados pelo avanço da mineração e da destruição das florestas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

acusou Bolsonaro de genocídio no Tribunal Penal Internacional, em Haia.

FMA: Alguns autores vêm vinculando projetos REDD a um processo de gestão transnacional de territórios étnicos, dentro de um “Regime Neoliberal de Governança Climática”. Qual é a sua opinião sobre isso?

CL: O REDD é um mecanismo neoliberal de comércio de carbono, meio pelo qual o controle exercido sobre os territórios de povos indígenas e comunidades locais é tomado por países ricos, pelos Grandes Poluidores e pelas *Big Techs* predominantemente sediadas nos Estados Unidos. Deste modo, “Regime Neoliberal de Governança Climática” se mostra como uma boa descrição desse processo.

Um exemplo disso é o projeto REDD de *Alto Mayo*, no Peru. O projeto foi criado pela Conservação Internacional, uma das grandes ONGs sediadas nos Estados Unidos e que vem impulsionando o REDD desde o princípio. As taxas de desmatamento foram exageradas de modo a criar um falso

parâmetro que desse a impressão de que o projeto havia sido bem-sucedido, ainda que com a continuação do desmatamento.

As compensações de carbono deste projeto vão para a Disney, permitindo que ela faça *greenwash* em seu contínuo processo de poluição, por exemplo, por meio de seus navios de cruzeiro (LANG, 2020).

A Disney tem planos de adicionar três novos navios de cruzeiro ao seu império de negócios. Enquanto isso, as comunidades indígenas que vivem na área do projeto REDD enfrentam uma versão cada vez mais militarizada de preservacionismo [conservação de fortalezas]. Em 2019, a polícia montou uma base na área do projeto, de onde cerca de 100 policiais armados deverão patrulhar a floresta.

Lauren Gifford, pesquisadora da Escola de Geografia da Universidade do Arizona, descreve o Projeto REDD da Conservação Internacional como “colonialismo de carbono”.

FMA: A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (em inglês, *United States Agency for International Development* – USAID) tem investido grandes quantias de dinheiro em projetos de comércio de carbono na Amazônia. Quais são os interesses por trás desse processo?

CL: A USAID apoiou muitos projetos de REDD ao longo dos anos. Em 2014, John Kerry, o então secretário de Estado dos Estados Unidos, anunciou que a USAID doaria US\$ 138,8 milhões a uma corporação privada chamada *Althelia Climate Fund*. Sob o referido acordo, a USAID endossou 50% dos empréstimos que a *Althelia* concedeu aos desenvolvedores de projetos REDD. A *Althelia* está registrada no regime fiscal de Luxemburgo.

A USAID financiou o desenvolvimento de projetos REDD, inclusive o Projeto “Florestas Comunitárias de Luangwa”, na Zâmbia. Esse projeto foi iniciado por uma empresa chamada *BioCarbon Partners*, registrada em outro paraíso fiscal, as

Ilhas Maurício. Trata-se de um projeto que vende compensações de carbono para a empresa italiana de petróleo e gás Eni, que afirma, como resultado, fornecer combustíveis fósseis “neutros em carbono”.

Em 2021, a USAID tornou pública uma declaração, juntamente com os governos do Peru, Alemanha, Noruega e Reino Unido, afirmando que estava fortalecendo uma parceria pela preservação da Floresta Amazônica, mas nenhum dos referidos países estava prometendo nada de novo. Enquanto isso, o Peru planeja construir uma estrada que irá atravessar a Floresta Amazônica, inclusive passando pelo Parque Nacional Sierra del Divisor.

Na Colômbia, a USAID ajudou a fazer *greenwash* numa empresa de mineração de carvão chamada Prodeco, uma subsidiária da mineradora gigante anglo-suíça *Glencore*, com a ajuda da ONG Conservação Internacional e dos mecanismos de compensação de carbono de um projeto REDD. De 2011 a 2015, a USAID executou, na Colômbia, um

programa de US\$ 32 milhões chamado BioREDD+.

A USAID também financia o *Stand for Trees*, um site que vende compensações de carbono de ao menos quinze projetos REDD. Entre os projetos apoiados pelo *Stand for Trees* está o “*Southern Cardamom REDD+*”, no Camboja, território que foi vítima de despejos, violência e incêndios a casas, tudo em nome da conservação.

Os interesses da USAID estão, é claro, em perfeito alinhamento com os interesses do governo dos EUA, o qual visa dar a impressão de estar fazendo algo a respeito da crise climática, enquanto, na realidade, não faz nada para implementar mudanças nas estruturas sociais e econômicas necessárias para tal.

FMA: Dentre os casos que você acompanhou nos últimos anos, qual tem sido a melhor estratégia de resistência territorial dos povos indígenas para enfrentar os novos desafios da emergência climática e da chamada economia verde capitalista?

CL: Acredito que a luta dos povos indígenas pelo direito de administrar seus próprios territórios é de fundamental importância. Os direitos dos povos indígenas são agora reconhecidos internacionalmente e mesmo nas constituições de vários países. É evidente que, no entanto, os povos indígenas e as comunidades tradicionais seguem sofrendo graves ameaças da expansão da mineração, exploração madeireira, exploração e extração de combustíveis fósseis, construção de estradas, barragens hidrelétricas, cultivo de árvores para fins industriais, pecuária, agricultura industrial e, além disso, enfrentam discriminação, falta de acesso à justiça e a negação aos seus direitos fundamentais.

A crise climática ameaça acabar com grandes áreas da floresta amazônica conforme um ponto crítico [*tipping point*] seja atingido, e esse ponto pode estar terrivelmente próximo. Atualmente, a Amazônia brasileira está mais para uma fonte de emissão do que para um sumidouro de carbono.

Em 2018, houve um encontro em Xapuri, na ocasião do 30º aniversário do assassinato de Chico Mendes. O encontro foi organizado pelos Amigos da Terra Brasil, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. A reunião divulgou um manifesto contra as falsas soluções do capitalismo verde.



Manifestação contra o capitalismo verde em Xapuri, Acre. Fonte: World Rainforest Movement, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3xhhGho>>.

A Declaração de Xapuri descreve o “desenvolvimento sustentável” e a “economia verde” como farsas: Denunciamos esta farsa e exigimos a suspensão imediata de todos os projetos de exploração madeireira comercial e de todas as políticas de compensação ambiental e climática derivadas das falsas soluções do capitalismo verde; a

demarcação de todos os territórios dos povos indígenas e uma reforma agrária enraizada na soberania popular (DECLARAÇÃO DE XAPURI, 2018).

FMA: Por fim, considerando que o governo brasileiro está avançando na regulação do mercado de carbono no país (Decreto 11.075/2022; PL 528/2021), você gostaria de acrescentar algo que considera importante e que tenha ficado de fora da entrevista?

CL: Como mencionei anteriormente, os proponentes do REDD descreveram o Brasil como uma história de sucesso. É verdade que, a partir de 2004, o desmatamento no Brasil tenha caído drasticamente, mas é difícil apontar uma única razão para isso. Os preços das commodities caíram, o governo implementou o Código Florestal e a Moratória da Soja entrou em vigor. Todas essas coisas contribuíram, mas o acordo REDD de US\$ 1 bilhão da Noruega com o Brasil teve pouca ou nenhuma importância neste processo. As taxas de desmatamento aumentaram desde

então e, sob a gestão de Bolsonaro, o desmatamento está se intensificando novamente.

Os mercados de carbono não se responsabilizarão pela crise do desmatamento por não assumirem a responsabilidade pelos fatores a ele subjacentes: extrativismo, modo capitalista de produção, consumo excessivo, colonialismo e crescimento econômico. Com uma taxa de crescimento de 3% ao ano, a economia global dobra a cada 24 anos. E, então, dobra novamente. Durante as três décadas que sucederam 1990, ano em que o Painel Intergovernamental sobre

Mudanças Climáticas (IPCC) publicou seu primeiro relatório, emitimos mais dióxido de carbono do que em toda a história até aquela data.

O REDD não faz nada para enfrentar a crise do crescimento econômico infinito. Em vez disso, atua como um mecanismo que permite que os grandes poluidores sigam poluindo. Ele é, portanto, parte do problema. Para enfrentar a crise climática temos que manter os combustíveis fósseis no solo, e não encontrar mecanismos de mercado cada vez mais elaborados para seguir destruindo.

Agradecimentos

O entrevistador agradece o apoio imprescindível da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos nº 2018/22226-4 e nº 2021/06827-0, assim como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, sem o qual este trabalho não teria sido realizado. A tradução foi realizada com a colaboração de Clariana Gonçalves.

Referências

- BACCINI, Alessandro et al. Estimated carbon dioxide emissions from tropical deforestation improved by carbon-density maps. **Nature Climate Change**, v. 2, pp. 182-185, 2012.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Natureza à Venda. **Porantim**, v. 36, nº 368, 2014.
- CORNETTA, Andrei. **Entre o Clima e a Terra: uma abordagem geográfica da "economia de baixo carbono" na Amazônia Legal**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, 2017.
- DECLARAÇÃO DE XAPURI [várias organizações], 16.dez.2018. Disponível em: <<https://chicomendes30.wordpress.com/>>. Acesso em 22/10/2022.
- HACON, Vanessa. **Governando o clima, florestas e povos indígenas: poderes transnacionais e território**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: reservas de carbono e barreiras ao desmatamento**. Brasília, 2015, 14p.
- LANG, Chris. ‘Actually existing’ REDD: Social tensions, ongoing deforestation, local confusion, financial benefits not delivered. **REDD-Monitor**, 19.set.2018. Disponível em: <<https://redd-monitor.org/2018/09/19/actually-existing-redd-social-tensions-ongoing-deforestation-local-confusion-financial-benefits-not-delivered/>>. Acesso em 22/10/2022.
- _____. Fortress conservation: Disney’s offsets are paying for heavily armed park rangers in Conservation International’s Alto Mayo REDD project in Peru. **REDD-Monitor**, 24.jun.2020. Disponível em: <<https://redd-monitor.org/2020/06/24/fortress-conservation-disneys-offsets-are-paying-for-heavily-armed-park-rangers-in-conservation-internationals-alto-mayo-redd-project-in-peru/>>. Acesso em 22/10/2022.
- MORENO, Camila C. **A Métrica do Carbono e as Novas Equações Coloniais**. 183 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro, 2018.
- NOLTE, Christoph; AGRAWAL, Arun; SILVIUS, Kirsten; SOARES-FILHO, Britaldo. Governance regime and location influence avoided deforestation success of

protected areas in the Brazilian Amazon. **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, v. 110, nº13, pp. 4956-4961, 2013.

SCHMIDLEHNER, Michael. REDD aims at shifting the responsibility for the climate crisis from industrialized societies to forest communities. [Entrevista concedida a] Chris Lang. **REDD-Monitor**, 27.ago.2022. Disponível em: <<https://redd-monitor.org/2015/08/27/interview-with-michael-schmidlehner-amazonlink/>>. Acesso em 22/10/2022.

SOARES-FILHO, Britaldo S. *et al.* **Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)**. Instituto de Pesquisas Amazônicas (IPAM), 2009.

WALKER, Wayne *et al.* The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, United States of America, 2020. Disponível em: <<https://www.pnas.org/content/117/6/3015>>. Acesso em 05/12/2022.